



EXAME CFC

SIMULADO TEMÁTICO 09
QUESTÕES

LISTA DE QUESTÕES

1. Sobre o objetivo e o alcance da auditoria de demonstrações contábeis, é correto afirmar que

- a) o objetivo da auditoria é confirmar que as informações apresentadas pelos administradores nas demonstrações financeiras são verdadeiras, sem espaço para dúvidas.
- b) o objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários, mediante a expressão de uma opinião pelo auditor.
- c) a auditoria das demonstrações contábeis exime de responsabilidades a administração ou os responsáveis pela governança da entidade auditada.
- d) as normas brasileiras aplicáveis aos trabalhos de auditoria exigem, como base para a opinião do auditor, que ele obtenha segurança absoluta de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante.
- e) a maioria das evidências de auditoria em que o auditor baseia suas conclusões e sua opinião é de natureza conclusiva e não persuasiva.

2. A respeito de eventos econômicos ou de condições ou circunstâncias econômicas ocorridos em determinada data, o auditor independente utiliza, no exercício de sua atividade profissional, dados expressos em termos financeiros em relação a uma entidade específica. A definição desses dados refere-se ao conceito de

- a) risco de auditoria.
- b) informação contábil.
- c) distorção.
- d) premissa.
- e) asseguração razoável.

3. A auditoria independente

- a) observa as normas escritas por especialistas internos da entidade auditada, que são considerados parte da equipe de trabalho.
- b) aumenta a credibilidade das demonstrações contábeis.
- c) atua conforme as diretrizes estabelecidas pela administração da entidade auditada.
- d) atua em conjunto com a administração da entidade para o cumprimento dos seus objetivos, garantindo a sua viabilidade futura.
- e) implementa os controles internos necessários pelo fato de ser um trabalho contínuo.

4. Em relação à Responsabilidade e à Ética profissional,

- a) cabe somente ao Auditor Independente, a responsabilidade pela prevenção e detecção de fraudes na organização auditada. À Administração somente pode ser imputada a responsabilidade pela assinatura do contrato de prestação de serviços de auditoria a ser realizado.
- b) a Fraude acontece quando o colaborador da organização auditada registra um valor em vez de outro, sem qualquer intenção ou recebimento de vantagem. Porém, devido a isto, a organização não alcançou o resultado esperado no período.



- c) uma das principais regras éticas que o profissional de auditoria deve seguir é a de revelar as informações obtidas, independentemente de autorização, pois o Princípio da Transparência o obriga a tal fato.
- d) o auditor não é responsável e também não pode ser responsabilizado pela prevenção de fraudes ou erros; todavia, deve planejar seu trabalho avaliando o risco de sua ocorrência, a fim de que possa, com alta probabilidade, detectar aqueles que impliquem efeitos relevantes nas demonstrações contábeis.
- e) as regras de Ética Profissional somente devem ser consideradas pelo profissional de auditoria quando houver risco à sua integridade física, seja por ameaça direta ou indireta. Nos demais casos, elas podem ser desconsideradas.

5. Assinale a opção que indica o objetivo da auditoria de acordo com a NBC TA 200 - Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria.

- a) Detectar fraudes.
- b) Prevenir fraudes.
- c) Corrigir erros.
- d) Aumentar a qualidade das demonstrações contábeis.
- e) Aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários.

6. O planejamento de auditoria envolve a definição da estratégia global para o trabalho e o desenvolvimento de plano de auditoria.

A respeito desse assunto, é correto afirmar que

- a) a estratégia global deve ser mais detalhada que o plano de auditoria.
- b) a estratégia global deve incluir a natureza, a época e a extensão dos procedimentos.
- c) os membros-chave da equipe de trabalho não devem ser incluídos na elaboração do plano de auditoria.
- d) a estratégia global deve orientar o desenvolvimento do plano de auditoria.
- e) o auditor não deve discutir elementos do plano de auditoria com a administração da empresa auditada.

7. No início do planejamento de uma auditoria, a questão crítica é a definição do volume de informações necessário à obtenção de uma segurança razoável. Essa decisão depende

- a) do conhecimento específico sobre a atividade da entidade.
- b) do tipo de opinião expressada no relatório final.
- c) da quantidade de pessoas envolvidas no trabalho de auditoria.
- d) da existência de recursos eletrônicos de informação.
- e) do conhecimento da legislação aplicável.

8. O planejamento é a primeira etapa da Auditoria e envolve aspectos estratégicos e operacionais, sendo o momento em que são estabelecidas a natureza, a oportunidade e a extensão dos exames, bem como determinados os prazos e outros recursos necessários para que os trabalhos sejam eficientes, eficazes e efetivos.



Sobre as etapas do planejamento de uma Auditoria, assinale a afirmativa correta.

- a) O objetivo refere-se ao objeto e aos critérios que os auditores utilizarão para avaliá-lo.
- b) O escopo refere-se àquilo que se busca alcançar, deixando claro o que se pretende esclarecer com a fiscalização.
- c) A abordagem descreve a natureza dos procedimentos a serem aplicados, para reunir evidências de auditoria.
- d) A estratégia busca eliminar os riscos de auditoria.
- e) devem ser definidas de modo a permanecerem intactas até o final do processo.

9. A estratégia global de auditoria

- a) deve identificar características do trabalho, desde que não defina o seu alcance.
- b) define o alcance, época e direção de auditoria, para orientar o desenvolvimento do plano de auditoria.
- c) não pode, desde logo, definir objetivos do relatório do trabalho.
- d) orienta os esforços da equipe do trabalho, considerando fatores não significativos.
- e) não deve levar em conta resultados de atividades preliminares nem o conhecimento obtido em outros trabalhos realizados pelo sócio do trabalho.

10. O auditor designado para planejar a supervisão dos membros da equipe de auditoria poderá, em seu planejamento, ignorar

- a) a área da auditoria.
- b) os riscos de distorções relevantes.
- c) a capacidade dos membros individuais da equipe.
- d) as auditorias anteriormente realizadas.
- e) o porte e a complexidade da entidade.

11. A evidência de auditoria é uma das preocupações que o auditor independente deve ter na realização dos trabalhos e na formação da sua opinião. De acordo com as normas de auditoria vigentes, é correto afirmar que a qualidade de toda evidência de auditoria é afetada pelas características de

- a) comparabilidade e materialidade.
- b) integridade e objetividade.
- c) relevância e confiabilidade.
- d) integralidade e neutralidade.
- e) segurança e compreensibilidade.

12. Uma das finalidades do trabalho do auditor interno é obter informações sobre os assuntos relacionados aos objetivos e ao alcance da Auditoria Interna.

Entre outras qualidades, as informações obtidas precisam ser relevantes, o que ocorre quando a informação:

- a) auxilia a entidade a atingir suas metas;
- b) dá suporte às conclusões e às recomendações da auditoria interna;



- c) é confiável e propicia a melhor evidência alcançável, por meio do uso apropriado das técnicas de auditoria interna;
- d) é factual e convincente, de modo que uma pessoa prudente e informada possa entendê-la assim como um auditor interno;
- e) é obtida mediante a aplicação de procedimentos da auditoria interna, incluindo testes substantivos.

13. A evidência obtida pela comprovação da existência real de ativos e passivos financeiros, recursos humanos, instalações, entre outros, é denominada evidência

- a) física.
- b) documental.
- c) analítica.
- d) por confirmação.
- e) testemunhal.

14. Na hipótese de o auditor possuir dúvidas a respeito da confiabilidade das informações a serem utilizadas como evidência de auditoria ou na hipótese de a evidência de auditoria obtida em uma fonte ser inconsistente com a obtida em outra, de acordo com a NBC TA 500, deverá o auditor

- a) sempre considerar adequadas e suficientes as informações contidas nos registros contábeis que suportam as demonstrações contábeis, desprezando informações obtidas de outras fontes.
- b) consultar especialista em contabilidade da administração com atribuição, no âmbito da entidade, para auxiliá-la na elaboração das demonstrações contábeis.
- c) classificar as informações conforme sua relevância e suficiência para os propósitos da auditoria, com base em avaliação de riscos de distorção conforme a exatidão, a integridade, a precisão e o detalhamento das informações, desprezando as menos consistentes.
- d) deixar de documentar a inconsistência no livro de ocorrências de achados, a fim de não interferir tampouco influenciar a conclusão final.
- e) determinar quais modificações ou acréscimos aos procedimentos de auditoria são necessários para solucionar o assunto e deve considerar, se houver, o efeito desse assunto sobre outros aspectos da auditoria.

15. De acordo com a NBC TA 200 R1, as evidências de auditoria

- a) constituem um grupo de informações, dados e fatos, de cunho público e notório, cujo conhecimento, em princípio, é compartilhado pela comunidade que interage com a entidade auditada e que, por isso mesmo, dispensa referência e juntada de suporte documental próprio.
- b) são as informações utilizadas pelo auditor para fundamentar as conclusões em que se baseia a sua opinião, sendo que as informações contidas nos registros contábeis subjacentes às demonstrações contábeis estão incluídas nas evidências de auditoria.
- c) representam um grupo de informações, dados e fatos de conhecimento público e obrigatório por todas as pessoas, naturais ou jurídicas, que interagem com a entidade auditada e que, por isso mesmo, dispensa a juntada de suporte documental próprio, mas não a devida referência, quando for o caso.

d) são todos os elementos, materiais e imateriais, que não precisam ser juntados ao relatório de auditoria, em razão de sua existência, veracidade de conteúdo e confiabilidade terem ficado evidenciadas nos papéis de trabalho apresentados e compilados.

e) são todas as informações, dados e fatos evidentes, isto é, elementos que falam por si mesmos, e que não suscitam qualquer tipo de controvérsia.

16. Em relação à utilização da amostragem para obtenção de evidência de auditoria, é correto afirmar que

a) o tamanho da amostra deve ser determinado mediante aplicação de fórmula com base em estatística, e o auditor está impedido de utilizar seu julgamento profissional para evitar qualquer escolha tendenciosa.

b) a amostra estratificada consiste na seleção aleatória dos itens da amostra, com probabilidade conhecida de cada evento possível.

c) para os testes de controles, se a taxa esperada de desvio for inaceitavelmente baixa, o auditor geralmente decide por executar os testes de controles.

d) o nível de risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar está inversamente correlacionado com o tamanho da amostra exigido.

e) a seleção de bloco geralmente pode ser usada em amostragem de auditoria porque a maioria das populações está estruturada de modo que esses itens em sequência podem ter características semelhantes entre si.

17. De acordo com a norma de auditoria sobre amostragem em auditoria, é correto afirmar:

a) o objetivo do auditor, ao usar a amostragem em auditoria, é o de proporcionar uma base razoável para concluir quanto à população da qual a amostra é selecionada.

b) risco de população é o risco de que a conclusão do auditor, com base em critérios de seleção, pudesse ser diferente se toda a amostra fosse sujeita ao mesmo procedimento de auditoria.

c) distorção intolerável é um valor monetário definido pelo auditor para obter um nível apropriado de segurança de que esse valor monetário esteja excedido pela distorção real da amostra.

d) o auditor pode executar os procedimentos de auditoria, apropriados à finalidade, para cada item selecionado, caso a amostra não alcance seu objetivo de seleção.

e) de forma que a população seja aceita pelos riscos de auditoria da amostra, obrigatoriamente, o critério de seleção dessa amostra deverá ser suportado por critério estatístico.

18. A norma brasileira de contabilidade para trabalhos de asseguarção NBC TA 530, que trata da amostragem em auditoria, determina regras para definição da amostra, tamanho e seleção dos itens para teste.

Nesse contexto, conforme a norma,

a) o tamanho da amostra é um critério válido para distinguir entre as abordagens estatísticas e não estatísticas.

b) o objetivo da estratificação é o de aumentar a variabilidade dos itens de cada estrato.

c) o tamanho da amostra pode ser determinado mediante aplicação de fórmula com base em estatística ou por meio do exercício do julgamento profissional.

d) os resultados sobre os riscos de amostragem são indiferentes quando o auditor, conforme sua decisão, estratifica o tamanho da amostra.



e) quanto maior o risco que o auditor está disposto a aceitar, maior deve ser o tamanho da amostra.

19. No que tange à amostragem em auditoria, é correto afirmar:

- a) População é o conjunto completo de dados sobre o qual a amostra é selecionada e sobre o qual o auditor deseja concluir.
- b) Amostragem em auditoria é a aplicação de procedimentos de auditoria em 100% dos itens de população relevante para fins de auditoria.
- c) Risco não resultante da amostragem é o risco de que o auditor chegue a uma conclusão certa por qualquer outra razão que não seja relacionada ao risco de materialidade.
- d) Amostragem estatística é o único procedimento utilizado pelo auditor a fim de selecionar itens para teste.
- e) ao se usar a amostragem em auditoria, o auditor deseja proporcionar uma base razoável para concluir quanto ao universo selecionado do qual a amostra perfaz o total do item.

20. Amostragem, em auditoria, é

- a) o conjunto completo de dados sobre os quais a amostra é selecionada e o auditor deseja concluir.
- b) o risco de que a conclusão do auditor, com base em amostra, possa ser diferente se toda a população foi sujeita ao mesmo procedimento de auditoria.
- c) a aplicação de procedimentos de auditoria em menos de 100% dos itens de população relevante para fins de auditoria, de maneira que todas as unidades de amostragem tenham a mesma chance de serem selecionadas para proporcionarem uma base razoável que possibilite ao auditor concluir sobre toda a população.
- d) cada um dos itens individuais que constituem uma população.
- e) o processo de dividir uma população em subpopulações, cada uma sendo um grupo de unidades de amostragem com características semelhantes (geralmente valor monetário), de forma que o auditor possa selecionar os itens para o teste substantivo.

21. São exemplos de erro e fraude, respectivamente:

- a) erros aritméticos e alteração de registros.
- b) erros aritméticos e interpretação errada das variações patrimoniais.
- c) aplicação incorreta das normas contábeis e interpretação errada das variações patrimoniais.
- d) omissão intencional nas demonstrações contábeis e alteração de registros.
- e) alteração de registros e interpretação errada das variações patrimoniais.

22. De acordo com a NBCTA 240, que regula a Responsabilidade do Auditor em relação à fraude, no contexto da Auditoria das Demonstrações Contábeis, as distorções nestas demonstrações

- a) podem originar-se de fraude leve ou de fraude grave, sendo que o fator que distingue uma da outra é que a fraude grave é dolosa, enquanto que a fraude leve não o é.
- b) só podem originar-se de fraude leve, de fraude grave ou de erro inescusável, sendo que na fraude grave há dolo, na fraude leve não há dolo, mas há culpa grave, e no erro há culpa leve.

- c) só podem originar-se de fraude in eligendo, de fraude in vigilando, de erro inexcusável e de erro excusável, sendo que as duas modalidades de fraude não são intencionais, pois não são praticadas pela administração, mas pelos responsáveis pela governança, enquanto que os erros inexcusáveis são intencionais e se revestem de características dolosas.
- d) também podem originar-se de fraude presumida, decorrente de culpa in eligendo, que ocorre quando se preenchem os quadros da empresa com funcionários destinados a praticar atos fraudulentos, ou de culpa in vigilando, que ocorre quando se exerce incentivo ou pressão sobre funcionários para que eles passem a praticar ou tolerar a prática de ato fraudulento.
- e) podem originar-se de fraude ou erro, sendo que o fator distintivo entre fraude e erro está no fato de ser intencional ou não intencional a ação subjacente que resulta em distorção nas demonstrações contábeis.

23. Em muitas organizações, as fraudes envolvem a burla pela administração da entidade de controles que aparentemente estão funcionando com eficácia. Dessa forma, atos praticados por gestores e administradores podem ajudar a perpetrar fraude.

Dentre as técnicas a seguir, a que NÃO representa uma fraude típica realizada por gestores e administradores é a(o)

- a) alteração de registros e condições relacionados a operações significativas e não usuais.
- b) apropriação de dinheiro recebido de clientes, após proceder ao registro contábil do recebimento.
- c) contratação de operações complexas, que são estruturadas para refletir erroneamente, de forma a manipular os resultados operacionais.
- d) ocultação ou não divulgação de fatos que possam afetar os valores registrados nas demonstrações contábeis.
- e) registro de lançamentos fictícios no final do período contábil para reverter a situação patrimonial ou o desempenho da entidade.

24. Julgue os itens a seguir, acerca de fraudes e erros nas organizações.

I Todos os empregados devem ser igualmente supervisionados, mas deve-se dedicar especial atenção àqueles que possuem pouco conhecimento, pouca aptidão para o cargo ocupado e que não aceitam assumir responsabilidades extras.

II Processos e controles automáticos descartam o erro não intencional e, por isso, evitam a fraude.

III A escolha ou mudança nas políticas contábeis da entidade, em especial aquelas subjetivas e em transações complexas, pode indicar fraude nas informações financeiras.

IV A incorporação de elementos de imprevisibilidade na seleção dos procedimentos de auditoria ajuda a reduzir fraudes.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) III e IV.
- d) I, II e III.
- e) II, III e IV.

25. Ponderando a impossibilidade de analisar todos os documentos de todos os processos de aposentadoria em um determinado ano, a seção de controle interno optou por conduzir investigação pormenorizada de apenas parte dos processos. Nesse caso,



- a) tal opção viola a missão institucional do controle interno, que deve analisar a legalidade de todos os atos praticados pela administração.
- b) é possível que se realize tal amostra, desde que seus resultados não sirvam de base para conclusão a respeito da população da qual ela é selecionada.
- c) para que se empregue a amostragem, é necessário considerar a finalidade do procedimento de auditoria e as características da população da qual será retirada a amostra.
- d) houve equívoco no emprego da amostragem, pois tanto o exercício quanto o tipo de ato são ambos determinados.
- e) a amostragem é aceita, embora não exista norma específica de auditoria acerca do procedimento.

26. Se o auditor independente, ao finalizar o seu trabalho, constatar que as demonstrações contábeis da empresa auditada apresentam distorções relevantes, mas que não são generalizadas, ele deve emitir um relatório de auditoria

- a) com parágrafo de ênfase.
- b) sem ressalvas.
- c) adverso.
- d) com abstenção de opinião.
- e) com ressalvas.

27. Caso não consiga obter evidência apropriada e suficiente para assegurar a existência física de saldo inicial de estoques, o auditor deve, no que se refere ao desempenho e aos fluxos de caixa, fazer constar no relatório as expressões

- a) opinião com ressalva ou opinião adversa.
- b) opinião sem ressalva ou opinião adversa.
- c) opinião com ressalva ou abstenção de opinião.
- d) opinião sem ressalva ou abstenção de opinião.
- e) opinião adversa ou abstenção de opinião.

28. A respeito das espécies de auditoria, é correto afirmar que

- a) a atividade da auditoria interna tem por finalidade agregar valor ao resultado da organização, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos.
- b) a auditoria interna trata de procedimentos aplicáveis apenas às empresas privadas, não se aplicando no âmbito do controle interno de entidades públicas.
- c) a auditoria interna e a auditoria externa cumprem a mesma função, respondendo ambas à administração da entidade contratante.
- d) a auditoria externa poderá ser representada pelos órgãos de administração tributária, sendo exercida pelo profissional auditor fiscal.
- e) a auditoria independente não se confunde com a auditoria externa, podendo ser exercida por órgão interno vinculado ao setor financeiro da entidade auditada.

29. O auditor externo

- a) pode ter vínculo empregatício com a empresa auditada.
- b) tem menor grau de independência que o auditor interno.
- c) deve emitir opinião sobre a adequação das demonstrações contábeis.
- d) realiza auditoria tanto contábil como operacional.
- e) não precisa ter registro no CRC, mas deve ter formação de contador.

30. Acerca da auditoria interna e externa, é correto afirmar:

- a) As auditorias interna e externa devem ser realizadas pelo mesmo funcionário.
- b) A auditoria interna ocorre somente após a auditoria externa.
- c) A auditoria interna é aquela realizada na impossibilidade de realizar a externa.
- d) A auditoria externa pode utilizar o trabalho da auditoria interna.
- e) A auditoria externa é aquela realizada fisicamente fora da empresa.